

## ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DOCENTE E ENSINO REMOTO: UM ESTUDO NA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

DOI: <https://doi.org/10.33871/22385800.2022.11.26.315-337>

Ítalo Breno Rocha Roseira<sup>1</sup>  
Aliny Karla Alves de Freitas Lira<sup>2</sup>  
Maria de Lourdes da Silva Neta<sup>3</sup>  
Antonio Germano Magalhães Junior<sup>4</sup>

**Resumo:** O Estágio supervisionado é um componente formativo nos cursos de licenciatura que possibilita aos licenciandos conhecer o futuro campo de atuação profissional e relacionar as dimensões teóricas e práticas, geradoras da práxis. A investigação objetivou compreender as concepções e desafios dos estudantes do curso de licenciatura em Matemática no estágio supervisionado nos anos finais do ensino fundamental realizado no formato remoto. Como indicações metodológicas adotamos a abordagem qualitativa, com a utilização das técnicas de coleta de dados documental realizada nos relatórios de estágio elaborados pelos futuros professores. Destacamos a relevância da elaboração dos relatórios de estágio mediante as considerações dos licenciandos, possibilitando conhecer a importância do estágio, a partir das revelações apreendidas pelos estudantes na formação de professores de Matemática, estabelecendo vínculos teóricos e práticos com a educação básica mencionando a necessidade dos professores conhecerem as tecnologias para auxiliarem no ensino e no atendimento educacional.

**Palavras-chave:** Formação Inicial. Estágio Supervisionado em Matemática. Ensino Remoto.

## SUPERVISED INTERNSHIP IN TEACHER EDUCATION AND REMOTE TEACHING: A STUDY IN MATHEMATICS DEGREE

**Abstract:** The supervised internship is a formative component in the licentiate degree courses that allows the students to know the future field of professional activity and relate the theoretical and practical dimensions, which generate the praxis. The investigation aimed to understand the conceptions and challenges of students in the Mathematics degree course in supervised internship in the final years of elementary school carried out in the remote format. As methodological indications, we adopted a qualitative approach, with the use of documentary data collection techniques carried out in internship reports prepared by future teachers. We highlight the relevance of the preparation of internship reports through the considerations of the undergraduates, making it possible to know the importance of the internship, from the revelations seized by students in the training of mathematics teachers, establishing theoretical and practical links with basic education mentioning the need for teachers to know the technologies to assist in teaching and educational care.

**Keywords:** Initial training. Supervised Internship in Mathematics. Remote Teaching.

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. Professor da Secretaria da Educação do Estado do Ceará. e-mail: italobrenorr@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0479-2669>.

<sup>2</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. e-mail: aliny.lira@aluno.uece.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2787-685X>.

<sup>3</sup> Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. e-mail: lourdes.neta@ifce.edu.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3726-4806>.

<sup>4</sup> Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Professor da Universidade Estadual do Ceará. e-mail: germano.junior@uece.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0988-4207>.



## **Introdução**

A formação inicial dos professores tem sido tema de pesquisas em diversos países e, especificamente no Brasil, a partir dos anos de 1990, tornou-se foco das investigações com os estudos de Tardif, Lessard e Lahaye (1991), Tardif e Raymond (2000), Tardif (2002) e Tardif e Lessard (2000, 2005). Emergiram interesses em pesquisar os mais diversos temas que constituem a formação docente, desde as dimensões curriculares, os aspectos teóricos e metodológicos, as práticas avaliativas, os estágios supervisionados, dentre outros que circundam os aspectos formativos da/para a docência, seja na educação básica ou superior.

Neste escrito, nossa investigação enfocou o estágio supervisionado, de modo específico no formato remoto, com escopo nas revelações apreendidas pelos estudantes de uma licenciatura em Matemática evidenciadas nos relatórios de Estágio. A pergunta norteadora da investigação foi a seguinte: a partir das análises dos relatórios que concepções de estágio e desafios foram descritos pelos estudantes da licenciatura em Matemática? Partindo da questão norteadora, definimos como objetivo central, compreender as concepções e desafios dos estudantes do curso de licenciatura em Matemática no estágio supervisionado realizado no formato remoto.

Para situarmos os leitores, organizamos o escrito em quatro seções, a saber, na primeira, apresentamos a trilha metodológica da pesquisa, na sequência apontamos as implicações do estágio supervisionado na formação docente no ensino remoto, em seguida nos detemos em revelar as dimensões legais destinadas ao estágio e, por fim as considerações dos licenciandos em Matemática descritas nos relatórios tratando das concepções e desafios no estágio.

## **Do Percurso Metodológico**

O percurso metodológico assume o caráter qualitativo como abordagem investigativa. Recorrendo ao estudo de caso e à pesquisa documental. De acordo com Minayo e Sanches (1993) e Minayo (2012), a abordagem qualitativa é caracterizada pela subjetividade, pois, busca-se entender as complexas relações que acontecem e/ou são resultados de uma determinada sociedade. Nesta perspectiva são colocadas em evidência as crenças, os valores e as experiências dos indivíduos que estão situados em realidades e contextos específicos.

O estudo de caso foi escolhido devido a necessidade da investigação, o estágio supervisionado no formato remoto e por suas relações com o tipo de abordagem que foi escolhida para este trabalho, ou seja, a licenciatura em Matemática. Esse tipo de estudo busca

compreender eventos contemporâneos dentro de um determinado contexto (YIN, 2001).

A pesquisa documental realizada nos relatórios possibilitou a ampliação do entendimento do objeto estágio supervisionado na formação docente inicial em Matemática, cuja compreensão requer contextualização histórica e sociocultural. “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] considerada como uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (HELDER, 2006, p. 01-02).

Evidenciamos que este escrito atendeu às dimensões éticas da pesquisa com seres humanos, exigido na Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, justificando nossa atenção em proteger os sujeitos envolvidos de danos físicos, morais e psicológicos, velando para que seus direitos sejam respeitados, portanto, mantendo o anonimato da instituição e dos estudantes, sendo identificado por meio da seguinte simbologia: estagiário acrescido do numeral 01 a 06.

Posto isso, essa investigação pautou-se no diálogo entre os achados da pesquisa documental e os aspectos teóricos e metodológicos do estágio supervisionado, que intenta contribuir com os estudos sobre os estágios supervisionados, de modo específico na formação inicial docente em Matemática como objeto de investigação.

Nessa acepção a coleta de dados da pesquisa foi realizada nos relatórios elaborados pelos licenciados no decorrer do Estágio Supervisionado I. É nesse estágio que os estagiários conhecem as atividades das escolas-campo mediante a investigação nos documentos da escola, entrevistas com gestores e docentes, análise dos livros e dos recursos didáticos utilizados nas atividades remotas. De posse dos relatórios, realizamos uma leitura e constatamos que 02 (duas) categorias eram latentes: concepções e desafios, desse modo, realizamos análise dos dados pautadas nessas categorias.

A partir do cenário de ensino remoto decidimos contextualizar o início da pandemia, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a disseminação comunitária da SARS-CoV-2, em todos os continentes, sendo caracterizada como pandemia. Para contê-la, a OMS recomendou três ações básicas: isolamento e tratamento dos casos identificados, testes massivos e o distanciamento social. Desta feita, vários países iniciaram a adoção de medidas de isolamento e distanciamento sociais alterando as rotinas no mundo inteiro em diversas áreas da sociedade, dentre essas, a educação. No Brasil, vivenciamos a edição de decretos e outros instrumentos legais e normativos para o enfrentamento da emergência de saúde pública, estando, entre elas, a suspensão das atividades escolares presenciais, com os fechamentos das escolas e instituições de ensino superior, exigindo dos professores, alterações

no formato de ensino, requerendo dos estudantes outra forma de aprender. No dia 17 de março de 2020, por meio da Portaria nº 343, o Ministério da Educação (MEC) se manifestou sobre a substituição das aulas presenciais, por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia da COVID-19, para instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino. Posteriormente, tal Portaria recebeu ajustes e acréscimos por meio das Portarias nº 345, de 19 de março de 2020, e 356, de 20 de março de 2020 (BRASIL, 2020).

Mediante o contexto pandêmico e as indicações legais emergentes escolhemos caracterizar o estágio supervisionado no contexto da formação profissional docente.

### **Estágio Supervisionado na Formação Inicial Docente**

A formação inicial de professores no Brasil passou e ainda passa por diversos momentos de significação e ressignificação, estas mudanças estão diretamente ligadas às problemáticas que são advindas da sociedade. As Instituições de Ensino Superior, professores formadores, estudantes e escolas de Educação Básica passaram por transformações ao longo do tempo e buscaram gerar alternativas para as exigências impostas por determinada sociedade. Dessa forma o Ensino Superior e em específico os cursos licenciatura necessitam permanecer em constante atualização e modernização no que diz respeito à formação profissional docente.

A formação de professores é um processo de constituição de conhecimentos, habilidades e competências, que reflete em saberes específicos para a profissão, os saberes docentes, e tem relação com a identidade profissional docente. A identidade docente pode ser entendida como algo mutável e que passa pelo constante processo de afirmação e reafirmação social e individual. As autoras Pimenta e Anastasiou (2014), afirmam que:

Uma identidade profissional se constrói, pois, com base na significação social da profissão; na revisão constante dos significados sociais da profissão; na revisão das tradições... Constrói-se também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano, com base em seus valores, em seu modo de situar-se no mundo, em sua história de vida, em suas representações, em seus saberes, em suas angústias e anseios, no sentido que tem em sua vida o ser professor (p. 79).

Dessa forma, a formação inicial apresenta-se como fundamental para a consolidação da identidade docente. São nas instituições formadoras que os discentes poderão desenvolver conhecimentos, (res) significar experiências e os entendimentos que têm sobre a profissão, ou seja a docência. O estágio curricular supervisionado surge como um componente curricular que pode auxiliar no desenvolvimento destes entendimentos por parte dos estudantes, bem como

pode auxiliar os professores das instituições formadoras e das escolas de Educação Básica a oportunidade de refletir sobre seu trabalho possibilitando enfoques inovadores nas práticas educativas.

O estágio curricular supervisionado é, por essência, um componente curricular em que o discente poderá ter seu primeiro contato com o futuro ambiente de trabalho, porém, não se resumindo apenas a este aspecto. É no estágio que o estudante poderá confrontar as teorias com as práticas e as práticas com as teorias, neste processo de reflexão na ação ou melhor, na ação-reflexão-ação.

O Projeto Pedagógico do lócus investigado pauta a concepção de estágio de acordo com a Resolução CNE/CP Nº 02/2015 evidenciando como “atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades do trabalho acadêmico.” (BRASIL, Art. 13, § 6º, 2015). Dessa forma o estágio se constitui como uma ação propícia a diferentes aprendizados a partir da prática e do reconhecimento das suas convergências e divergências em si e com a teoria. Nesse sentido, é para além da prática, a atividade de estágio como componente curricular na formação inicial, emerge como possibilidade de estabelecer diálogos, implicações e reflexividade na relação indissociável entre teoria e prática.

Esse diálogo situa a prática educativa como espaço privilegiado de encontros/desencontros e reflexões. A escola e a instituição formadora, como espaços de conhecimentos e vivências, sendo também lugares que favorecem, a partir da pesquisa a reflexão, que formadores e licenciandos busquem entender melhor sobre o que e como acontece o “trânsito dos estagiários entre a cultura acadêmica e a cultura escolar, no sentido de identificar a cultura do magistério e as aprendizagens dela decorrentes.” (LIMA, 2018, p. 198). Mas, infelizmente, não é essa a realidade que podemos perceber em diversos cursos de licenciatura. Os estágios, nestes casos são percebidos única e exclusivamente como momento da prática, sem que seja exigida reflexão dos professores e dos estudantes durante suas vivências no componente curricular (PIMENTA; LIMA, 2017). Tanto os discentes quanto os docentes têm, em sua maioria, o entendimento reduzido ou não têm conhecimento algum sobre o estágio curricular supervisionado, resumindo-se ao preenchimento de instrumentais, ao cumprimento da carga horária e as exigências legais. Essa falta de compreensão sobre o estágio por parte dos professores pode ter sido acarretada pelas vivências que estes tiveram durante a sua formação inicial, dessa forma acabam por perpetuar práticas ultrapassadas aderindo a replicação de modelos.

Este cenário vem sendo desconstruído com as pesquisas, eventos e discussões no âmbito

regional e nacional, tais como os Encontros Nacionais de Didática e Práticas de Ensino – ENDIPE, o qual, mostra-se como um evento que reúne vários pesquisadores da área da educação para discutirem diversas temáticas, dentre estas, o estágio curricular supervisionado. Através dessas discussões fica evidente que o componente pode proporcionar aos estudantes uma variedade de conhecimentos e saberes que estão relacionados com a profissão docente.

Os estágios geram possibilidades de atuação direta do estudante da licenciatura na profissão que se prepara para exercer, os estudos na formação docente em Matemática com escopo nos estágios sinalizaram que

[...] uma das ações mais importantes do período de Estágio Supervisionado é a regência de aulas de Matemática. Para o planejamento e a realização dessa ação, assim como de todas as demais no âmbito do Estágio Curricular Supervisionado, os futuros professores devem receber a orientação de um professor de sua instituição de Ensino Superior, o professor orientador [...] (TEIXEIRA; CYRINO, 2015, p. 659)

As instituições formadoras e os professores junto com os discentes têm a tarefa de gerarem reflexões para que possam ser consolidadas crenças ou que estas sejam desmistificadas. As disciplinas dos cursos de formação inicial de professores, em conjunto, devem dar suporte aos estudantes para a docência, porém o estágio supervisionado tem a peculiaridade de inserir o discente no contexto da escola formal, sob a supervisão de um professor que está exercendo sua profissão. Através dessas relações formativas o licenciando e futuro professor criará experiências que afirmam sua escolha profissional ou poderão ser desenvolvidos receios e medos para a atuação docente.

Os Estágios Supervisionados podem ser considerados como uma das primeiras experiências objetivas da profissão, oportunizando aos licenciados em Matemática contato direto com o seu futuro ambiente de trabalho. A inserção do estagiário no contexto escolar possibilita acesso a alguns conhecimentos dos professores incluindo, entre outros, conhecimentos sobre os estilos de aprendizagem dos estudantes, desafios da docência, além de proporcionar o pensando das estratégias de ensino, evidenciando um repertório de metodologias e de competências que auxiliarão na gestão de sala de aula e no trabalho do professor, ou seja os estágios possibilitam diferentes meios de se exercer a docência (TEIXEIRA; CYRINO, 2015).

Diante do cenário explicitado no próximo tópico abordamos as dimensões legais destinadas ao Estágio Supervisionado nos Cursos de Licenciatura.

## Dimensões Legais Destinadas ao Estágio Supervisionado nos Cursos de Licenciatura

A Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, dispõe em seu artigo 1º sobre o estágio de estudantes, compreendido como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, com vistas à preparação para o trabalho produtivo por parte do discente da educação superior, educação profissional, ensino médio, educação especial e dos anos finais do Ensino Fundamental e de jovens e adultos.

Ainda conforme a referida lei, o estágio é constitutivo do projeto pedagógico do curso, integrando o itinerário formativo do educando, além de visar ao aprendizado de competências diretamente vinculadas à atividade profissional, bem como à contextualização curricular, cujo objetivo é o desenvolvimento do educando para o exercício da cidadania e para o trabalho.

De acordo com o artigo 2º da supracitada lei, o estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. A legislação estabelece o estágio obrigatório como aquele definido no projeto do curso, em que, a respectiva carga horária é requisito para a aprovação e obtenção do diploma por parte do estudante. Já o estágio não-obrigatório é concebido como atividade optativa por parte do discente, cuja carga horária será regular e obrigatória para conclusão do curso.

Nos cursos de formação inicial de professores, o estágio curricular supervisionado manteve seu caráter obrigatório nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008, da Resolução MEC/CNE nº 02 de 2015 e, mais recentemente, da Resolução MEC/CNE nº 02 de 20 de dezembro de 2019. É importante ressaltar que as resoluções MEC/CNE nº 01 e 02 de 2002, estabeleceram também nas primeiras décadas do século XXI, a obrigatoriedade do cumprimento do estágio curricular supervisionado para a formação do profissional docente.

De acordo com Pimenta e Lima (2017), o estágio está inserido na estrutura curricular, desde a criação dos cursos de formação de professores no final do século XIX. No entanto, o estágio supervisionado, considerado como ferramenta central do processo da constituição do profissional docente, sofreu os impactos decorrentes das transformações da educação do país ao longo do tempo, revelado em leis, diretrizes e resoluções.

Segundo as autoras mencionadas, no início, o Estágio Supervisionado, apresentava no contexto da formação de professores, caráter de reprodução/imitação de modelos considerados exitosos de como ensinar, ou seja, o predomínio da concepção denominada “artesanal” de estágio, além de ser meramente como a parte “prática do curso” de licenciatura. Ainda com

base nas autoras, destacamos a ênfase em outra, concepção técnica e metodológica do estágio, resultante da visão/perspectiva tecnicista da formação docente, a qual persistiu por um longo período, dissociando teoria e prática, centradas no como fazer e no preenchimento de fichas.

Atualmente, o estágio é compreendido com a aproximação da realidade, fundada na indissociabilidade entre teorias e práticas que tem como pressuposto o conceito de práxis articulado ao mesmo. Pimenta e Lima (2017) advogam ainda, a concepção do estágio como pesquisa e a pesquisa no estágio como estratégia de formação docente, cujo pressuposto é a formação do professor reflexivo/pesquisador, considerando o embasamento teórico da Epistemologia da Prática.

Perquirindo as indicações legais nos debruçamos sobre as Resoluções MEC/CNE nº 01 e 02 de 2002 no intento de compreender as indicações para os estágios supervisionados em cursos de licenciatura.

#### O Estágio nas Resoluções MEC/CNE nº 01 e 02 de 2002

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, para o curso de licenciatura, de graduação plena, apresentavam como princípios basilares da formação docente: a competência como concepção nuclear da formação; a instrumentalização para atuação na prática do docente; a pesquisa como foco do processo de ensino aprendizagem. A concepção de professor até então decorria da ideia de um profissional técnico-prático, com predomínio da visão tecnicista acerca da profissão.

A Carga horária total mínima prevista para os cursos de formação inicial de docentes era de 2.800 (duas mil e oitocentas) horas-relógio, distribuídas em ao menos 03 (três) anos e 200 (duzentos) dias letivos. O estágio denominado - Estágio Curricular Supervisionado - tinha previsão de, no mínimo, 400 (quatrocentas) horas-relógio. Já os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural dos cursos, deveriam apresentar, no mínimo, um total de 1.800 (mil e oitocentas) horas-relógio e as atividades acadêmico-científico-culturais, no mínimo, 200 (duzentas) horas.

Diante deste cenário de 400 (quatrocentas) horas-relógio destinadas aos estágios supervisionados, os cursos de licenciatura foram instigados a modificarem os currículos e os projetos pedagógicos. A seguir revelaremos as indicações da Resolução MEC/CNE nº 02 de 2015 com foco nos estágios.

## A Resolução MEC/CNE nº 02 de 2015 e o Estágio Supervisionado

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica de 2015 tinham como Princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica a formação docente: como compromisso de Estado; foco na perspectiva da emancipação humana e no projeto social ético-político inclusivo, justo e democrático, entre outros.

Podemos dizer que a concepção de professor decorrente desta diretriz curricular, é mais aproximada daquela de professor como intelectual pesquisador crítico-reflexivo.

Já a carga horária total mínima prevista para os cursos de formação inicial para docentes e trabalhadores da educação básica são de 3.200 (três mil e duzentas) horas-relógio, distribuídas em ao menos 04 (quatro) anos. O Estágio, nesta resolução, é denominado apenas como Estágio Supervisionado, devendo ser realizado obrigatoriamente, com o total mínimo de 400 (quatrocentas) horas-relógio pelo estudante do curso.

A respeito do estágio essa DCN altera a nomenclatura e mantém a mesma carga horária indicada nas resoluções datadas de 2002. Com um contexto de diversas mudanças no cenário brasileiro foi definida outra Resolução destinada à formação inicial de professores, a Resolução MEC/CNE nº 02 de 2019.

## O Estágio Supervisionado na Resolução MEC/CNE nº 02 de 2019

Apesar de tratarmos da Resolução MEC/CNE nº 02 de 2019 nesse escrito, evidenciamos que o referido documento não é foco da investigação, uma vez que o Projeto Pedagógico do curso de Matemática lócus da pesquisa pauta-se na Resolução MEC/CNE nº 02 de 2015 e as atividades de estágio foram desenvolvidas no primeiro semestre de 2021.

A Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, bem como a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), dispõe em seu artigo 11 acerca a distribuição da carga horária total dos cursos de licenciatura de no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas. De forma específica, o inciso III do artigo 11, da referida resolução estabelece a carga horária de 800 horas para a

Prática Pedagógica dos cursos de licenciatura, a qual deve atender a seguinte composição do grupo:

- [...] Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:
- a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora;
  - b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora (BRASIL CNE/CP nº 02/2019).

No tocante a carga horária prevista para o estágio supervisionado no âmbito dos cursos de licenciatura, a Resolução MEC/CNE nº 02 de 2019, estabelece o total de 400 horas, as quais deverão ser realizados em situação real de trabalho no lócus da escola, em conformidade com o projeto pedagógico da instituição parceira. Sinalizamos que tal requisito legal no tocante a carga horária já vem sendo cumprido pelo Curso de Licenciatura em Matemática, campo de investigação deste estudo, mediante o PPC (Projeto Pedagógico de Curso) em vigor.

Ressaltamos que as Instituições de Ensino Superior (IES) de todo o país, até o momento terão o dia 20 de dezembro de 2022 como prazo final para o ajustamento dos PPCs dos Cursos de Licenciatura às novas DCNs e à BNC-Formação, ambas estabelecidas pela referida resolução, a qual revogou na totalidade a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.

Contudo, lutas, enfrentamentos e resistências às novas DCNs voltadas à formação inicial de professores e BNC-Formação, que foram viabilizadas pela aprovação da Resolução MEC/CNE nº 02 de 2019 têm sido protagonizados, sobretudo, em decorrência da revogação das antigas DCNs da formação inicial para atuação no magistério, disposta na Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Esse fato expressa, em boa medida, o grau de retrocesso proposto nas diretrizes curriculares para a formação docente, em decorrência da ausência do debate por parte do poder público com as entidades científicas e acadêmicas da sociedade que atuam em defesa da educação pública geral, bem como os profissionais da educação.

Há ainda, com a aprovação da Resolução MEC/CNE nº 02 de 2019, a notória retirada de autonomia por parte das instituições de educação que se ocupam da formação de professores no que concerne às formulações/reformulações de seus currículos, sobretudo, em consequência do cumprimento destes com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação básica, além de promover o que pode ser considerado hoje, como a fragmentação/esfacelamento da proposta formativa dos cursos de Licenciatura, além de outros debates inerentes.

Entidades tais como ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais

da Educação), FORUMDIR (Fórum Nacional de Diretores e Diretoras de Faculdades/Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras), ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação), sinalizaram de modo simultâneo e sistemático, para um quadro de retrocesso e/ou regressão nos avanços das políticas de formação docente no país na atualidade, dada a ênfase tecnicista, conteudista e economicista contida na proposta das novas DCNs da formação inicial de professores e BNC-Formação que foram aprovadas no país no final do ano de 2019.

A ação decorre em especial, do fato de as DCNs 2019 serem consideradas esvaziadas no arcabouço teórico que fundamenta a oferta de uma educação de caráter crítico-reflexiva como direito público subjetivo, portanto na contramão do processo civilizatório.

Considerando os contextos legais com escopo nos estágios e a formação docente acreditamos na relevância de retratar as indicações da legislação educacional vigoradas no período de isolamento e distanciamento social da pandemia.

#### Os Estágios e as Indicações Legais Destinados à Pandemia da COVID-19

No dia 17 de março de 2020, por meio da Portaria nº 343, o Ministério da Educação (MEC) se manifestou sobre a substituição das aulas presenciais, por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia da COVID-19, para instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino. Posteriormente, tal Portaria recebeu ajustes e acréscimos por meio das Portarias nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 356, de 20 de março de 2020 (BRASIL, 2020). As indicações apresentadas na Portarias apresentaram a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas em todos os níveis e modalidades de ensino como ações preventivas à propagação da COVID-19. A partir desse contexto, os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação emitiram resoluções e/ou pareceres orientando as instituições de ensino pertencentes aos seus respectivos sistemas sobre a reorganização do calendário escolar e uso de atividades não presenciais.

O Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 05/2020 tem por assunto a reorganização do Calendário Escolar e indica a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. O documento organizado em duas seções, sendo a primeira destinada ao histórico, enfatizando os documentos e as ações que foram realizadas pelo Ministério da Educação para

mitigar os impactos na pandemia na educação e a segunda destinada à análise, abordando a legislação educacional brasileira, procurando apresentar propostas para a continuidade do ano letivo afetado pela pandemia, discriminadas em subdivisões por níveis e modalidades de ensino. Essas considerações sobre níveis e modalidades são acompanhadas de recomendações para todos os níveis e modalidades educacionais.

No escrito nos detemos em apresentar as recomendações para o ensino superior com foco nos estágios supervisionados obrigatórios que são ofertados nos cursos de licenciatura. O estágio supervisionado é um componente curricular que fortalece a parceria entre instituições de formação e escolas de educação básica. Apesar da relevância, no Parecer CNE/CP nº 05/2020, os estágios foram mencionados em dois trechos, para o ensino técnico e ensino superior.

A indicação para os estágios nos cursos de licenciatura descrita no Parecer CNE/CP nº 05/2020 é a seguinte:

No caso dos cursos de licenciatura ou formação de professores, as práticas didáticas vão ao encontro de um amplo processo de oferta de aprendizado não presencial à educação básica, principalmente aos anos finais do ensino fundamental e médio. Produz, assim, sentido que estágios vinculados às práticas na escola, em sala de aula, possam ser realizados de forma igualmente virtual ou não presencial, seja a distância, seja por aulas gravadas etc. (BRASIL, 2020, p. 17).

A proposição para oferta dos estágios à distância ou por aulas gravadas apresentava um desafio para os professores das licenciaturas e professores supervisores que trabalham nas escolas de educação básica. É importante aclarar que em algumas redes de ensino e escolas não tinham/têm infraestrutura adequada para que seus estudantes acompanhassem as aulas de suas casas. Outra indicação descrita no referido parecer é que as atividades formativas no estágio poderiam recorrer às tecnologias digitais de informação e comunicação, estando associadas, inclusive, às atividades de extensão das instituições e dos cursos de licenciatura e formação de professores. Consideramos importante a necessidade de interligação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O estágio pode se interligar à extensão, desde que se faça um planejamento das ações e do mapeamento do acesso às tecnologias digitais dos estudantes das escolas-campo. O contexto pandêmico requer outros aprendizados, reflexões, reinvenção para trabalhar com recursos digitais a partir dos diferentes contextos e condições educacionais.

O Parecer CNE/CP nº 05/2020 pauta recomendações que precisam ser analisadas e consideradas a partir das diversidades regionais, educacionais e de formação docente no Brasil, Além disso, é preciso considerar o papel formativo do estágio supervisionado na formação

inicial docente. O estágio precisa gerar condições investigativas e reflexivas sobre a prática docente. A partir dessas reflexões os licenciandos podem desenvolver a capacidade de analisar e problematizar o contexto formativo e profissional que irá atuar a fim de pensar para propor melhorias no trabalho docente e nas escolas (SOUZA; FERREIRA, 2018).

Mediante as considerações legais para os Estágios Supervisionados, inclusive as específicas do contexto pandêmico, considerando a necessidade de conhecimentos e os desafios que foram vivenciados por docentes e estudantes no tópico a seguir revelaremos as concepções e os desafios dos estudantes que realizaram o estágio no formato remoto.

### **Revelações Discentes no Estágio Supervisionado: Concepções e Desafios**

O Estágio Supervisionado é instrumento pedagógico conectivo, tendo por finalidade vincular teoria e prática, constituindo-se como um dos eixos formativos através da investigação, reflexão (LIMA, 2012). Coadunando com essa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico - PPC do curso investigado concebe o Estágio Supervisionado como um processo de incursão do estagiário na escola, como instituição coformadora a partir da qual acontecerão, por excelência, aprendizados teóricos e práticos, desde que a atividade do estágio possibilite o viés investigativo e reflexivo acerca da práxis pedagógica, buscando superar a prática como imitação de modelo.

Considerando a reflexão que viabiliza o pensar sobre a prática e, sob esse aspecto, destacamos o conceito de *práxis* sob a perspectiva de Freire (2001, p 42) quando afirmou que *práxis* é “[...] pensar sobre a prática para melhor praticar”. Lima evidenciando as ideias de Freire destacou

[...] a *práxis*, através da qual a consciência se transforma, não é pura ação, mas ação e reflexão. Daí a unidade entre prática e teoria, em que ambas se vão construindo, fazendo-se e refazendo-se em um movimento permanente no qual vamos da prática à teoria e desta a uma nova prática (LIMA, 2012, p. 43).

A partir das experiências e reflexões alusivas ao desenvolvimento do estágio supervisionado, evidenciamos a oportunidade dos estagiários gerarem conhecimentos mediante os percursos de sua formação acadêmica efetivada com a teoria e a prática do estágio, com significações dadas à profissão e à prática docente.

Tomemos as bases legais para fundamentar e reafirmar a perspectiva para o Estágio Curricular Supervisionado trazida no PPC do curso de Licenciatura em Matemática, ora analisado. Partindo do que preconiza a LDB nº 9394/96 para a formação, especialmente sobre a articulação entre teoria e prática, buscamos conhecer também as indicações para o Estágio

Curricular Supervisionado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura, Parecer Nº 1.302/2001 do Conselho Nacional de Educação - CNE, de 06 de novembro de 2001.

No referido aparato legal, o estágio é reconhecido como essencial nos cursos de formação docente por possibilitar o desenvolvimento de: “a) uma sequência de ações onde o aprendiz vai se tornando responsável por tarefas em ordem crescente de complexidade, tomando ciência dos processos formadores; b) uma aprendizagem guiada por profissionais de competência reconhecida” (BRASIL, 2001).

Com base nessas legislações e na literatura sobre a temática, reconhecemos o Estágio como oportunidade para os futuros docentes desenvolverem, pelo contato com o futuro campo de atuação profissional, uma (re)significação dos aspectos teóricos apreendidos no decorrer da formação, bem como para constituírem outros conhecimentos advindos da dimensão prática, que são possíveis pela perspectiva de encontro da teoria com a prática e não de aplicação teórica na prática. Sendo assim, o estágio oportuniza aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionando que os estudantes conheçam as situações de sua futura atuação, pautando que o estágio caminhe para uma reflexão dessa realidade (PIMENTA; LIMA, 2008).

Portanto, no Curso de Licenciatura em Matemática, o estágio tem como natureza os processos de investigação, problematização, ação e reflexão, que buscam aprendizagens e aperfeiçoamento da prática docente em um ambiente de trocas com os professores mais experientes. Dessa forma, a aproximação com as escolas parceiras, campos do estágio não se restringe ao estagiário, mas há uma tentativa do curso em fazê-la, através da coordenação, do professor orientador do estágio e da instituição, de modo mais amplo.

Em virtude da prorrogação do isolamento social e das medidas preventivas direcionadas a evitar a disseminação da COVID-19 adotadas pelas instituições de ensino a partir de março do ano de 2020, o componente curricular Estágio Supervisionado I foi realizado na forma remota no primeiro semestre do ano letivo de 2021, ofertado aos estudantes do quinto semestre do curso de Licenciatura em Matemática.

Antes de revelarmos a experiência do Estágio no curso de licenciatura em Matemática de modo remoto e para diferenciarmos da modalidade de educação à distância, acreditamos que seja relevante evidenciar uma definição para atividade educacional remota emergencial, de acordo com os estudos de Joye, Moreira e Rocha (2020, p. 13) “[...] aulas estão sendo ministradas digitalmente e retornarão ao formato presencial assim que a crise sanitária tiver sido resolvida ou controlada. O objetivo principal nessas circunstâncias não é recriar um novo

modelo educacional [...]”. Esse formato de aulas foi adotado devido aos aspectos sanitários para que os professores e estudantes continuassem com as atividades educativas de forma digital.

Seguindo as indicações evidenciadas no Parecer CNE/CP nº 05/2020, as atividades educacionais remotas foram realizadas pelas escolas e outras instituições de ensino para que as atividades formativas em diferentes níveis e modalidades continuassem no decorrer da pandemia e os estudantes não ficassem sem estudar. As atividades remotas apresentaram desafios, aprendizados e a necessidade de uma atenção redobrada com a comunicação e negociação quanto às responsabilidades formativas das duas instituições parceiras no tocante ao Estágio, incluindo o auxílio mútuo entre a Instituição de Ensino Superior, orquestrado pelo professor orientador e escola de educação básica de ensino fundamental realizado com gestores (diretores e coordenadores pedagógicos) e, principalmente os professores supervisores no intento de promover uma formação de futuros docentes reflexivos e críticos a partir da investigação realizada nas atividades de estágio.

Sendo assim, o Estágio Supervisionado I com a carga horária de 100 horas, sendo 40 horas de atividades teórico-metodológicas, nas quais os licenciandos estudaram textos e documentos que trataram sobre o estágio na formação de professores, de modo específico em Matemática, com foco nos anos finais do ensino fundamental e, 60 horas de atividades no campo de estágio com a realização do diagnóstico das escolas-campo, de entrevistas com os gestores e supervisores, análise dos projetos pedagógicos das escolas, dos regimentos, do livro didático e dos recursos digitais, além disso, foram realizadas observações nas turmas dos anos finais do ensino fundamental e elaboração de diários de campo para respaldar a produção e socialização do relatório de estágio.

Evidenciamos que o estágio precisa promover ao futuro docente uma experiência além da sala de aula, proporcionando contato com a dinâmica da escola, garantindo uma interligação entre a teoria e a prática evidenciadas no decorrer da licenciatura. A interação ocorre nas escolas-campo de estágio quando os licenciandos pesquisam os documentos, entrevistam, realizam as observações para a elaboração dos aspectos da regência acompanhada pelos professores parceiros. As investigações mediadas no decorrer do estágio favorecem ao licenciando um desenvolvimento de suas ações e reflexões reveladas nas suas histórias de vida pessoal e escolar e (auto)biografias planejadas, analisadas, maturadas e compartilhadas em movimentos de metaformação.

A turma do Estágio I foi constituída inicialmente por 10 (dez) e, finalizada com 6 (seis) discentes. Ocorreram 2 (dois) trancamentos porque os estudantes não conseguiram conciliar as

atividades do estágio com o trabalho, visto que o curso de Licenciatura em Matemática é noturno e os estágios são oferecidos no período diurno, os outros 02 (dois) trancaram o curso em virtude de mudança de domicílio.

Em virtude do contexto pandêmico, os contatos com as 04 (quatro) escolas-campo, todas públicas, foram realizados por *e-mail*, enviados comunicados aos gestores e aos professores supervisores, que são os docentes das escolas. Para auxiliar na comunicação entre as instituições, o professor orientador de estágio, a partir do consentimento dos supervisores das escolas-campo, criou um grupo no *WhatsApp*, no intento de facilitar a comunicação e para socializar o cronograma das atividades dos estagiários nas escolas.

As atividades nas escolas-campo realizadas pelos licenciandos foram iniciadas pelo contato por *e-mail* ou *Whatsapp* com os gestores e em seguida com os professores supervisores, é importante destacar que os licenciandos realizaram atividades formativas virtuais nas escolas intercaladas com aulas síncronas e atividades assíncronas sobre o Estágio na instituição, realizadas pelo *Google Meet*, além disso foram realizadas orientações para a escrita dos relatórios de modo individual e coletivo pelo docente orientador.

No diagnóstico das escolas os estagiários pesquisaram sobre a infraestrutura, etapas e modalidades de ensino ofertadas, descreveram a comunidade onde se localizava a instituição educacional, os colegiados, apresentaram o resumo do Projeto Político Pedagógico (PPP) com missão, visão, objetivos, valores, relação com a comunidade escolar, concepções de planejamento, currículo, estratégias de ensino e proposta avaliativa. Finalizaram com síntese e análise dos indicadores da escola-campo nas avaliações externas, Sistema Permanente de Avaliação na Educação Básica (SPAECE), Prova Brasil, dentre outras realizadas no triênio 2018, 2019 e 2020 com atenção aos resultados de Língua Portuguesa e Matemática.

Em relação à análise dos documentos, PPP e regimento, uma das escolas estava sem o projeto pelo fato da elaboração do documento. Nos regimentos foram encontradas as normas de conduta indicando os direitos e deveres dos sujeitos que constituem a comunidade escolar.

Nas entrevistas com os 04 (quatro) diretores e coordenadores pedagógicos questionamos a respeito da formação inicial, da pós-graduação, do tempo de experiência docente, do modelo de gestão adotado na escola, dos desafios para a gestão e possíveis estratégias para solução dos mesmos, das contribuições para a melhoria da qualidade na educação e na gestão da instituição realizada pelos gestores/coordenadores, professores, estudantes e pais. Também buscamos conhecer as dificuldades da gestão escolar e os principais problemas, além disso, sondamos a respeito das dificuldades de aprendizagem em relação à disciplina de Matemática e as

estratégias utilizadas pelos professores e gestão para superá-las.

No roteiro de entrevista destinado aos professores supervisores de Matemática, os estagiários buscaram conhecer a formação inicial e continuada, tempo de profissão, sobre as disciplinas que ministram além da Matemática, os objetivos fundamentais da disciplina, principais dificuldades quanto ao ensino e aprendizagem, realização de aulas em laboratório didático de Matemática e de informática, relação professor/aluno, indisciplina, solicitamos ainda, uma descrição sobre a participação dos pais ou responsáveis na vida escolar dos estudantes, perguntamos sobre principal competência para ser um “bom” professor de Matemática, sobre os motivos de escolha da profissão, acerca da realização profissional, das principais compensações e dificuldades que encontravam na profissão professor, sua opinião sobre o ensino atual no formato remoto, bem como solicitamos uma mensagem a ser deixada aos futuros professores.

No roteiro de análise do livro didático e dos recursos digitais, solicitamos que os estagiários identificassem o livro, revelando autores, editora e ano de publicação, se foi selecionado a partir do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), além disso, indicamos que fossem analisados a distribuição dos campos de matemática escolar, números e operações; funções; equações; geometria. Na metodologia e contextualização deveriam atentar para introdução e o desenvolvimento de conteúdos, retomada a partir de conhecimentos prévios e de outros tipos de atividades.

No que se refere aos outros recursos didáticos, solicitamos aos estagiários que atentassem para a utilização de recursos digitais e impressos, descrevendo como estavam sendo realizadas as aulas e atividades, constatamos que ocorriam postagens de aulas em grupos de *Whatsapp* recorrendo a vídeos do *YouTube* e vídeos produzidos pelos professores de Matemática e momentos de tira-dúvidas quinzenais ao vivo (síncrono) com as turmas pelo *Google Meet*.

A avaliação do Estágio Supervisionado foi realizada de modo processual e contínuo, tendo por instrumentos o relatório e o seminário de socialização dos aprendizados e experiências vivenciadas pelos licenciandos em Matemática. O relatório do Estágio I, documento que subsidiou os achados da investigação, foi constituído por 06 (seis) seções, a saber: introdução, referencial teórico, diagnóstico da escola-campo, análise documental, desenvolvimento do estágio e considerações finais.

Buscando elucidar as categorias centrais que constituíram a investigação, foram: concepções e desafios. Recorremos inicialmente a conceituação de concepção, sendo relevante

evidenciar a compreensão do termo concepção nos escritos de Matos e Lima (2016), a palavra concepção possui duas definições,

A primeira, mais geral, com definições como “sistemas complexos de explicação” e “rede complexa de ideias, conceitos, representações e preconceitos”. Assim, as concepções podem informar a maneira como as pessoas percebem, avaliam e agem com relação a um determinado fenômeno. A outra mais específica aparece nas definições como a “operação de construção de conceitos”. Dessa forma, as nossas concepções envolveriam um processo de formação de conceitos [...] (p. 24).

Em nosso estudo o termo concepção foi utilizado em acepção específica, ou seja, no processo de formação de conceitos sobre o Estágio supervisionado tem por base os estudos de Pimenta e Lima (2012).

As concepções de estágio descritas pelos licenciandos nos relatórios, ora se referem a dimensão prática, conforme descrito “[...] o estágio supervisionado é entendido como o processo de inserção do estagiário na comunidade escolar, enquanto comunidade prática”. (Estagiário 1, Curso de Licenciatura em Matemática, 2021). Em outros relatórios, os licenciandos evidenciaram o vínculo teórico e prático que precisa ser promovido pelas disciplinas ofertadas nos cursos de formação docente. Neste sentido, o Estágio precisa propiciar ao licenciando uma aproximação à realidade na qual irá atuar profissionalmente, de modo a analisá-la, questioná-la, ampliando a compreensão de estágio, de modo que seja atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção da/na prática.

Outro estagiário, mencionou que,

O estágio é um momento da formação acadêmica que serve para orientar os alunos acerca das situações reais de trabalho no cotidiano das instituições de educação. Trata-se de um espaço onde se relacionam a teoria e a prática; o estágio deve, pois, propiciar também a construção da interdisciplinaridade.

Diante do achado descrito no relatório pelo licenciando, o estágio possibilita compreender os fenômenos escolares, de sala de aula e a desenvolver conhecimentos e habilidades para escolher estratégias adequadas que gerem aprendizagens aos estudantes e incentivem o ensino com pesquisa.

Outro estagiário apresentou a seguinte concepção

[...] é o momento de o estagiário colocar em prática as teorias aprendidas nas instituições de ensino superior ou da relação teoria e prática. É o momento de encontro da teoria e prática e do futuro educador com a escola, com os alunos e com o cenário que irá atuar durante sua vida profissional.

Diante do exposto, esclarecemos que os currículos dos cursos de formação inicial de professores precisam se constituir de disciplinas, componentes, experiências com/no campo de atuação do futuro professor. É necessário superar a dicotomia entre disciplinas teóricas e práticas a partir do conceito de práxis, entendendo o desenvolvimento do estágio como uma atitude investigativa, que envolve a reflexão e a capacidade de tomar decisões fundamentadas levando em conta as exigências do ambiente e dos saberes desenvolvidos no decorrer do curso de licenciatura deixando proposições para a formação contínua do professor.

Em um dos relatórios, um dos estagiários enfocou a importância dos recursos digitais para o ensino de Matemática, tanto na modalidade presencial como nas atividades remotas,

Quando o professor tem os recursos mais adequados (como computador e uma mesa digitalizadora, essa última vejo de fundamental importância para o ensino da matemática devido a quantidade de cálculos) possíveis para ministrar aulas no ensino remoto, esse ensino se aproxima do mesmo que se tem numa sala de aula presencialmente, facilitando a aprendizagem do aluno, cabendo apenas a ele ter o interesse de aprender. Porém, nem todos os professores possuem esses recursos, seja por não possuir condições devido a baixa remuneração ou mesmo por falta de interesse.

No tocante às atividades não presenciais remotas, emergiram desafios, requerendo o uso de diferentes recursos tecnológicos apesar das dificuldades de acesso à internet, principalmente dos estudantes das escolas-campo. Localizamos vários cenários, uma escola utilizava um *blog* disponibilizando aulas e atividades para os estudantes. Em outras, os professores organizavam grupos no *Whatsapp* para cada turma, encaminhando atividades com os estudantes, tendo em vista ser um aplicativo de fácil acesso dos discentes, apesar de muitos não possuírem celulares, e tão pouco computadores, os estagiários relataram que muitos dos estudantes tinham apenas um celular que era utilizado por toda a família. Alguns professores encaminharam atividades impressas. Para abordar os conteúdos de Matemática, alguns supervisores recorreram a vídeos e realizavam encaminhamentos das atividades do livro didático, outros iniciaram o semestre utilizando vídeos disponíveis na internet e depois começaram a produzir seus vídeos autorais apesar da limitação de recursos digitais que tinham os docentes, tanto a Secretaria como os professores buscarão ofertar/participar de cursos que tratavam do manuseio de tecnologias digitais, conhecendo editores de vídeos, ferramentas de gamificação e outros aplicativos. Outra ferramenta evidenciada nos relatórios dos estagiários foi o *Google Meet* para o encontro das turmas quinzenalmente, sendo constatado que poucos estudantes participavam desses momentos em virtude da ausência de celulares e computadores.

Enfatizamos que o estágio precisa propiciar aos licenciandos uma aproximação à

realidade da qual irá atuar, estabelecendo interligações com a teoria e a prática, de modo a analisá-la, questioná-la, apresentando proposições para o contexto escolar, ampliando a compreensão do estágio na formação inicial na licenciatura em Matemática, de maneira que seja atividade geradora de conhecimentos independente do formato, esteja além dos preenchimentos dos instrumentais, da produção dos relatórios e do cumprimento de carga horária.

### **Considerações Finais**

A pesquisa descrita revelou as concepções e desafios dos estudantes de uma licenciatura em Matemática no estágio supervisionado realizado no formato remoto em decorrência das medidas preventivas de disseminação da COVID 19. A formação docente nas atividades realizadas no Estágio Supervisionado I auxiliarão na compreensão dos aspectos teóricos e práticos no ensino da Matemática nos anos finais do ensino fundamental no contexto pandêmico, de forma remota recorrendo aos recursos digitais e impressos.

Os desafios encontrados foram referentes às adaptações para a docência que foram exigidas pela pandemia, considerando a mudança do formato de ensino presencial para o remoto. Tanto os professores do Ensino Superior, da Educação Básica, como os estudantes do curso de Licenciatura em Matemática tiveram a necessidade de modificar seus entendimentos e práticas sobre o desenvolvimento da disciplina de Estágio.

As estratégias elaboradas no Estágio no formato remoto foram, a leitura e discussão de textos e de documentos com orientações do professor de estágio realizadas pelo *Google Meet*, além disso foi solicitado que os estagiários fizessem o diagnóstico das escolas-campo, entrevistas com os gestores e supervisores, análise dos projetos pedagógicos, dos regimentos, do livro didático e dos recursos digitais, foram realizadas observações das turmas nos grupos de *Whatsapp*, aulas síncronas pelo *Google Meet* para respaldar a produção e socialização do relatório de estágio.

Nosso estudo enfocou um dos aspectos da formação docente no intento de evidenciar a vinculação da teoria e prática. Destacamos que não podemos realizar generalizações, mas chamamos atenção para que os achados descritos na investigação possam servir de aporte teórico, documental e prático aos docentes para repensem a mediação do componente curricular de estágio e o fortalecimento da parceria entre a IES, as escolas de educação básica e estudantes dos cursos de licenciatura, ressaltando que as atividades experienciadas nas

disciplinas de estágio curricular supervisionado proporcionam a compreensão e alinhamento dos aspectos apreendidos no decorrer da formação e são constituintes do trabalho docente.

Desta feita, constatamos a relevância da orientação nos estágios e elaboração dos relatórios mediante as considerações dos futuros professores, possibilitando a análise e a investigação das próprias atuações, identificando as potencialidades, dificuldades, refletindo, assim, sobre a docência a partir da relação teoria e prática em parceria com os professores da educação básica, atentando para os aspectos da gestão escolar, da gestão de sala de aula na forma do ensino remoto e presencial, da necessidade do planejamento, de pesquisas para o ensino e aprendizagem em Matemática e de outros intervenientes presentes no contexto escolar.

## Referências

BRASIL. **Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lei11788\\_25\\_09\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lei11788_25_09_08.pdf). Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. **Parecer CNE nº 5, de 28 de abril de 2020.** Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. 2020. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pecp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pecp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 1.302, de 06 de novembro de 2001.** Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES13022.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf). Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002.** Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena e de formação de professores da Educação Básica em nível superior. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019->

pdf/135951-rcp002-19/file. Acesso em: 20 dez. 2021.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

JOYE, C. R.; MOREIRA, M. M.; ROCHA, S. S. D. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da Educação escolar em tempos de COVID-19. **Research, society and development**, n. 9, v.7, e521974299, 2020. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/341828716\\_Educacao\\_a\\_Distancia\\_ou\\_Atividade\\_Educacional\\_Remota\\_Emergencial\\_em\\_busca\\_do\\_elo\\_perdido\\_da\\_educacao\\_escolar\\_em\\_tempos\\_de\\_COVID-19](https://www.researchgate.net/publication/341828716_Educacao_a_Distancia_ou_Atividade_Educacional_Remota_Emergencial_em_busca_do_elo_perdido_da_educacao_escolar_em_tempos_de_COVID-19). Acesso em: 18 dez. 2021.

HELDER, R. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

LIMA, M. S. L. **Estágio e aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber Livro, 2012.

LIMA, M. S. L. Reflexões sobre o estágio/prática de ensino na formação de professores.

**Revista diálogo educacional**, n. 8, v. 23, p. 195-205, 2018. Disponível em:

[https://inbio.ufms.br/files/2020/05/Lucena-Lima-2008\\_-Reflex%C3%B5es-sobre-o-est%C3%A1gio-pr%C3%A1tica-de-ensino-na-forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores-Txt-VI.pdf](https://inbio.ufms.br/files/2020/05/Lucena-Lima-2008_-Reflex%C3%B5es-sobre-o-est%C3%A1gio-pr%C3%A1tica-de-ensino-na-forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores-Txt-VI.pdf). Acesso em: 15 dez. 2021.

MATOS, D. A. S. M.; JARDILINO, J. R. L. Os Conceitos de Concepção, Percepção, Representação e Crença no Campo Educacional: similaridades, diferenças e implicações para a pesquisa. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 20 – 31, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/111>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 621-626, mar. 2012. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232012000300007](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007). Acesso em: 09 dez. 2021.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, n. 9, p. 237-248, 1993. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1993000300002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1993000300002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 15 dez. 2021.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SOUZA, I. S.; FERREIRA, R. S. Algumas reflexões sobre a formação inicial do professor de matemática: vivências do estágio supervisionado. **Ensino da matemática em debate**, n. 5, v. 2, p. 127-141, 2018. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/36716>. Acesso em: 21 dez. 2021.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. **Revista Brasileira de Educação**, n. 13, p. 5-24, 2000. Disponível em:

[http://www.ergonomia.ufpr.br/Methodologia/RBDE13\\_05\\_MAUICE\\_TARDIF.pdf](http://www.ergonomia.ufpr.br/Methodologia/RBDE13_05_MAUICE_TARDIF.pdf). Acesso

em: 18 dez. 2021.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **Saberes docentes e formação profissional**. São Paulo: Vozes, 2002.

TARDIF, M.; LESSARD, C.; LAHAYE, L. Os professores face ao saber. Esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria e Educação**, n. 4, 1991. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4118869/mod\\_resource/content/1/TARDIF%20Maurice%20et%20al.%20Os%20professores%20face%20ao%20saber%20-%20esbo%C3%A7o%20de%20uma%20problem%C3%A1tica%20do%20saber%20docente.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4118869/mod_resource/content/1/TARDIF%20Maurice%20et%20al.%20Os%20professores%20face%20ao%20saber%20-%20esbo%C3%A7o%20de%20uma%20problem%C3%A1tica%20do%20saber%20docente.pdf). Acesso em: 19 dez. 2021.

TARDIF, M.; RAYMIND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação & Sociedade**, n. 73, p. 209-244, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Ks666mx7qLpLThJQmXL7CB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2021.

TEIXEIRA, B. R; CYRINO, M. M. C. C. T. O desenvolvimento da identidade profissional de futuros professores de matemática a partir da supervisão de estágio. **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 29, n. 52, p. 658-680, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/2202>. Acesso em: 18 dez. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001.

**Recebido em: 13 de março de 2022**  
**Aprovado em: 23 de agosto de 2022**